

## REFORMA TRIBUTÁRIA

## Nova nota fiscal em fase de teste

Transição de regime tributário exigirá adequações por parte das empresas. A partir de amanhã, NF-e terá que trazer os tributos CBS e IBS, que serão responsáveis por substituir as contribuições de PIS, Cofins e, parcialmente, o IPI

» RAFAELA GONÇALVES

A partir de amanhã, entra em fase de testes em todo país o novo modelo da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), dando largada nas mudanças previstas com a reforma tributária. O novo modelo exigirá adequações importantes por parte das empresas, com mais de 27 milhões de CNPJs ativos no Brasil, e a falta de preparação pode resultar em falhas operacionais e interrupções nos processos internos.

A principal mudança está na unificação de cinco tributos em uma cobrança única. A partir da nova versão, nos documentos precisarão constar os tributos CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que serão responsáveis por substituir as contribuições de PIS, Cofins e, parcialmente, o IPI.

Os novos tributos serão divididos entre os níveis federal (CBS), bem como estadual e municipal (IBS) — ambos serão tributos sobre o valor adicionado (IVA), visando eliminar a cumulatividade e a cobrança em cascata do sistema tributário brasileiro.

A entrada em vigor de um novo modelo da NF-e exige das empresas uma série de adequações para garantir conformidade, evitar autuações e evitar eventuais gargalos na operação. Para Thais Borges, diretora comercial da Systax, com o início dos testes, é urgente que as empresas de tecnologia fiscal e tributária entendam profundamente as mudanças. “Quanto antes forem realizadas as adequações na nota fiscal, mais claros ficarão os impactos nas operações das companhias e o que ainda será necessário para se adequar completamente até a vigência total do novo formato”, explicou a executiva.

A partir de julho, a inserção das informações relativas ao IBS, CBS e IS será opcional e não estará sujeita à validação. Porém, de janeiro de 2026 em diante, as regras de validação para a tributação do IBS e da CBS entrarão em vigor, tornando o preenchimento correto desses campos obrigatórios para todos os emissores de nota fiscal.

Mesmo com todas as alterações, muitas empresas brasileiras ainda nem mesmo iniciaram adequações relacionadas à reforma tributária. “Empresas que não se adequarem rapidamente enfrentarão dificuldades na emissão de documentos fiscais ao longo prazo, comprometendo o faturamento, o cumprimento das obrigações com o fisco e podendo até mesmo levar a interrupção das operações”, alertou Thais.

Ela destaca ainda que devido à complexidade das atualizações e dos próprios cálculos



## Reforma em curso

A partir de 1º de julho, começam testes do novo regime tributário; entenda

A nova versão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) conta com alterações significativas na estruturação do documento visando à adaptação aos novos tributos. Dentre as novidades estão:

## Inclusão de novos campos

Foram adicionados campos específicos para informar os valores de IBS, CBS e do Imposto Seletivo (IS), além de códigos de situação tributária e classificação tributária para cada item da nota fiscal.

## Criação de eventos específicos

Outros eventos foram criados para apuração e controle dos tributos, incluindo eventos de cancelamento genérico e de manifestação do fisco sobre pedidos de transferência de crédito.

## Alterações no layout

O layout da NF-e foi modificado para acomodar os novos campos e eventos, exigindo atualização dos sistemas emissores de notas fiscais.

## PROJETO-PILOTO DA CBS

■ O Piloto terá início em 1º de julho de 2025, com duração estimada até 31 de dezembro de 2026, podendo ser ajustado conforme a necessidade do desenvolvimento.

■ Cerca de 500 empresas devem participar dos testes ao longo do segundo semestre do ano.

■ Esse processo servirá para o aprimoramento e as soluções tecnológicas necessárias para a implementação do novo tributo, que começará a ter uma alíquota cobrada a partir de 2026.

## TRANSIÇÃO

O período de transição da reforma tributária terá início em 2026 e está prevista para valer integralmente a partir de 2033

## 2026

Cobrança em caráter experimental com alíquotas reduzidas:

CBS (federal): **0,9%**

IBS (estadual/municipal): **0,1%**

■ Esses valores são compensáveis com PIS/Cofins existente

## 2027

■ CBS passa a vigorar integralmente, com extinção de PIS e Cofins.

■ Entrada em vigor do Imposto Seletivo (IS).

■ Alíquota do IPI reduzida a zero (com exceção de produtos da Zona Franca de Manaus)

Fonte: Receita Federal.

## 2028

Manutenção do quadro estabelecido em 2027

## 2029 a 2032

Transição gradual do IBS por porcentagem da alíquota

**10%** em 2029

**20%** em 2030

**30%** em 2031

**40%** em 2032

**100%** em 2033

## 2033

■ Vigência integral do novo modelo com a extinção do ICMS e do ISS

■ Essas mudanças vão gerar um grande impacto para as empresas. A partir dessa nova regra será preciso:

★ Calcular tributos em cada etapa: tanto no pagamento antecipado quanto na entrega do bem ou serviço.

★ Emitir documentos fiscais adequados: toda transação deve ser lastreada e registrada por um documento fiscal eletrônico válido.

★ Controlar diferenças de alíquotas: caso as alíquotas mudem entre o pagamento e o fornecimento, o cálculo final precisa ser ajustado.

Pacifico/CB/D.A Press



**Quanto antes forem realizadas as adequações na nota fiscal, mais claros ficarão os impactos nas operações das companhias e o que ainda será necessário para se adequar completamente até a vigência total do novo formato"**

**Thais Borges**, diretora comercial da Systax

considerando os novos tributos, especialmente durante o período de transição, é fundamental que organizações contem com tecnologias de inteligência fiscal como motores de cálculo durante o processo.

Outro aspecto é a proximidade do período de transição, considerando que as empresas deverão continuar acompanhando as atuais alterações nas legislações tributárias de âmbito federal, estadual e municipal, bem como as novas regulamentações relacionadas ao novo regime tributário.

De acordo com a especialista, isso exigirá adequações e uso de novas tecnologias, especialmente no que tange à informação e ao cálculo dos tributos por meio do uso de motor de cálculo. “A preparação antecipada será fundamental para garantir a continuidade dos

negócios e o correto cálculo dos tributos. Além disso, empresas que iniciarem as mudanças o quanto antes terão vantagens operacionais e estratégicas quando a nova nota passar a ser obrigatória”, apontou.

## Teste da CBS

Também a partir de julho, a Receita Federal iniciará o projeto-piloto da CBS, novo tributo federal criado com a reforma tributária do consumo. A proposta é que cerca de 500 empresas participem dos testes ao longo do segundo semestre do ano. De acordo com o Fisco, esse processo servirá para o aprimoramento e as soluções tecnológicas necessárias para a implementação do novo tributo, que começará a ter uma alíquota cobrada a partir do ano que vem.

Poderão participar do piloto empresas que possuam relacionamento prévio com a Receita em programas anteriores. Também podem participar empresas que sejam indicadas pelo Comitê Gestor do IBS, por entidades representativas do setor de tecnologia da informação, ou por entidades representativas de segmentos econômicos.

De acordo com Pâmela Larissa Miguel, sócia da área de tributário do Mattos Filho, esse ambiente é uma espécie de “laboratório” controlado, onde empresas selecionadas poderão simular operações e testar as soluções tecnológicas. “O Piloto não é uma antecipação da CBS, nem gera qualquer efeito fiscal, jurídico ou obrigacional”, destacou.

“Trata-se de um ambiente de produção restrita, totalmente

## RELATÓRIO ANUAL

## BIS: Brasil cresce, mas inflação preocupa

Enquanto o desempenho econômico da América Latina tem sido moderado neste ano, o Brasil é uma exceção na região, com forte demanda interna, destaca o Banco de Compensações Internacionais (BIS), em seu relatório anual, publicado ontem. O progresso da inflação, contudo, chama atenção e obriga a autoridade monetária a subir os juros no país, alerta o “banco central dos bancos centrais”. “Na América Latina, a atividade econômica foi geralmente moderada, exceto no Brasil, onde uma forte demanda doméstica foi sustentada por um mercado de trabalho apertado e transferências fiscais”, diz o BIS, no documento. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,4% no primeiro trimestre deste ano ante o mesmo intervalo de 2024.

Quanto ao nível de preços praticado na região, o organismo faz um alerta. Enquanto no mundo, a inflação continuou se reduzindo, rumo às metas dos bancos centrais, esse processo desacelerou em algumas

economias da América Latina, apon-tando. Brasil, Chile e Colômbia são exemplos, conforme o BIS, que menciona fatores internos como forte demanda privada, ajustes em preços regulados e desvalorização das moedas domésticas. “O Banco Central do Brasil aumentou rapidamente as taxas em resposta à evidência de que as expectativas de inflação estavam se desancorando em meio à alta inflação”, afirma o BIS.

Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC aprovou novo aumento de 0,25 ponto porcentual para a taxa básica de juros, que passou de 14,75% para 15% ao ano. O mercado espera que esse patamar seja mantido até dezembro, com o primeiro corte na Selic vindo apenas em janeiro de 2026, conforme o boletim Focus.

Na questão fiscal mundial, o BIS não vê uma “crise iminente”, mas avalia que a direção atual não é a correta, com a proporção da dívida pública em relação ao PIB em

Yuri Gripas/AFP



## Economia mundial enfrenta “momento crucial”, diz Agustín Carstens

muitos países aumentando rapidamente nas últimas décadas. “Um ajuste é crucial e deve começar o quanto antes”, alertou o gerente-geral do BIS, Agustín Carstens, ao comentar o relatório anual da organização, em coletiva de imprensa.

Segundo ele, quanto mais cedo os países adotarem ajustes fiscais e

restabelecerem seus colchões de proteção, menores são as chances de que isso tenha consequências negativas para o restante da economia. Além disso, nunca se sabe quando será necessário implementar novamente uma política fiscal agressiva para estabilizar a economia, como ocorreu com a covid-19, acrescentou.

## CONTA DE LUZ

## Bandeira tarifária vermelha em julho

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou o acionamento da Bandeira Vermelha patamar 1 nas contas de luz para o mês de julho, mantendo a mesma condição vigente ao longo de junho. Isso significa uma cobrança adicional de R\$ 4,46 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

De acordo com a agência reguladora, a manutenção da bandeira vermelha reflete a continuidade do cenário hidrológico negativo no país, com volume de água que chega aos reservatórios das hidrelétricas inferior à média histórica para o período, o que reduz a geração de energia por hidrelétricas. “Esse quadro tende a elevar os custos de geração de energia, devido à necessidade de acionamento de fontes mais onerosas para geração, como as usinas termelétricas”, diz a Aneel.

Especialistas do setor elétrico se dividiam entre quem apostava em uma bandeira tarifária vermelha patamar 1, como foi estabelecido pela

isolado, onde as empresas convidadas poderão simular transações, testar sistemas, validar processos e contribuir com sugestões para aprimorar as ferramentas que serão usadas quando a CBS entrar em vigor. Todas as operações realizadas nesse ambiente são fictícias e não impactam as obrigações fiscais das empresas”, explicou a advogada.

## Calendário

O período de transição da reforma tributária terá início em 2026, e ela está prevista para valer integralmente a partir de 2033. No primeiro ano, haverá a cobrança inicial da CBS e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) a uma alíquota de 0,9% e 0,1%, respectivamente.

Em 2027 está prevista a extinção do PIS e da Cofins e elevação da alíquota de CBS para alíquota de referência, que será definida pelo governo federal. Além disso, o Imposto Seletivo começará a ser cobrado para produtos específicos. Já de 2029 a 2032 haverá a extinção gradual do ICMS e do ISS.

Para a advogada tributarista Ariane Guimarães, os principais desafios do novo regime tributário envolvem a adaptação tecnológica, a gestão da implementação, a capacitação das equipes, a compreensão das novas regras, procedimentos e prazos e a análise dos impactos financeiros e operacionais para cada empresa. “O período de testes e transição será fundamental para mitigar riscos e garantir uma implementação mais segura e eficiente. A comunicação clara entre as áreas fiscal, contábil e de TI será essencial para o sucesso da transição”, frisou.

Ainda de acordo com a tributarista, o primeiro passo para as empresas se prepararem para a transição ao novo regime tributário é realizar um diagnóstico detalhado dos processos internos, identificando áreas que serão diretamente impactadas pela CBS. “Existe o desafio de lidar com eventuais dúvidas e interpretações sobre a aplicação das novas normas e de entendimento dos impactos específicos da CBS, já que essa poderá afetar de forma diferenciada segmentos e modelos de negócio”, acrescentou.

A transição exigirá uma atualização dos sistemas de gestão empresarial (ERP), além de novos softwares fiscais e contábeis. Nesse sentido, a advogada recomenda que “é fundamental envolver as áreas de TI e fiscal desde o início, promovendo a integração entre sistemas e a automação de processos para minimizar riscos de erros e retrabalho”.